

# PERCEPÇÃO DA ELITE BUROCRÁTICA BRASILEIRA E URUGUAIA SOBRE POBREZA E DESIGUALDADE

PERCEPTION'S BUROCRATIC ELITE BRAZILIAN AND URUGUAYAN ABOUT  
POVERTY AND INNEQUALITY

*Elisa Vasconcelos\**

**Cite este artigo:** VASCONSELOS, Elisa Percepção da Elite Burocrática Brasileira e Uruguaia Sobre Pobreza e Desigualdade. **Revista Habitus:** revista eletrônica de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.8-18, março de 2017. Semestral. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

**Resumo:** Dialogando com trabalhos que ressaltam o papel estratégico desempenhado pelas elites na implementação de políticas públicas, o artigo compara a percepção da elite burocrática brasileira e uruguaia sobre a pobreza e a desigualdade. Para tanto, analisou-se um banco de dados preenchido a partir dos resultados coletados em um survey aplicado em 2013, com uma amostra de entrevistados da elite burocrática dos dois países. Os resultados apontam que, apesar desse segmento de elite dos dois países responsabilizarem o Estado pelas iniciativas de combate à pobreza e redução da desigualdade, a elite burocrática uruguaia demonstra mais disposição em contribuir com soluções coletivas ao problema.

**Palavras-chave:** pobreza; desigualdade; elites; percepção.

**Abstract::** Dialoguing with works that highlight the strategic role of elites in the implementation of public policies, the article compares the perception of Brazilian and Uruguayan bureaucratic elite about poverty and inequality. Therefore, we analyzed a database filled from the results collected in a survey applied in 2013 with a sample of bureaucratic elite's Brazilian and Uruguayan respondents. The results show that, despite the bureaucratic elite of that two countries perceive the state as responsible for combating poverty and inequality, the Uruguayan bureaucratic elite demonstrates more inclination than the Brazilian one to contributing with collective solutions to the problem, such as increased taxation of the wealthy.

**Key-Words:** poverty; inequality; elites; perception.

A primeira vista, não parecem óbvias as motivações que levam um cientista social a ter interesse em estudar elites. Ao limitar o escopo investigativo para os estudos sobre desigualdade, a relação parece ser menos clara ainda, quando não desperta uma sensação de algo paradoxal, ou quando não se ouve que “estudar elites é ser elitista”. Se há uma larga bibliografia acerca dos pobres nos estudos de desigualdade, por que não haveria tanta literatura sociológica sobre os ricos?

De fato, há uma carência de trabalhos com os grupos do topo da hierarquia social. Estudá-los é relevante visto que possuem poder de decisão política, econômica e cultural (CATTANI, 2009). Além disso, as elites desempenham papel decisivo na implementação de políticas públicas, e, por esta razão, é fundamental que elas sejam estudadas para que a desigualdade possa ser mais bem entendida (REIS, 2000).

Há um “silêncio” nas ciências sociais sobre “a alta sociedade” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007). Sem dúvida, como ressaltado por Pinçon e Pinçon-Charlot, a maior acessibilidade que os pobres demonstram em participar de pesquisas reflete na existência de uma literatura mais extensa sobre eles. Afinal, enquanto “*os pobres se deixam descrever*” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007), os “*ricos se escondem*” (MEDEIROS, 2005).

O objetivo central deste artigo é comparar a percepção da elite burocrática brasileira e uruguaia sobre a pobreza e a desigualdade. Empiricamente, trabalhei com os resultados de um survey aplicado por uma equipe de pesquisadores dos dois países em 2013, com uma amostra de entrevistados da elite burocrática.

Comparar Brasil e Uruguai é oportuno por várias razões. Enquanto no Brasil predomina a ideia de que a desigualdade é algo estrutural da nossa sociedade, o Uruguai tem uma relação histórica bem diferente com o problema, já que sempre foi visto como um país mais igualitário que grande parte dos países latino americanos. Apesar dessa diferença, desde o início da década de 1990, Brasil e Uruguai passaram a sentir mais as consequências da pobreza, período também em que o Uruguai experimentou uma acentuação nos níveis de desigualdade (López, 2013). Em meados dos anos 2000, nos dois países foram eleitos governos bem-sucedidos na implementação de políticas públicas de redução da pobreza.

O texto está dividido da seguinte forma: em um primeiro momento, apresento uma revisão literária de trabalhos com elites. Posteriormente, esclareço com mais detalhes os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. Em seguida, apresento os resultados da análise dos surveys e discuto explicações. Finalizo apontando que, apesar dos surveys não permitirem resultados conclusivos, eles indicam, todavia, haver maior inclinação da elite burocrática uruguaia em contribuir com soluções coletivas para redução da desigualdade e combate à pobreza.

## 1. Questões teóricas e definições

Alguns autores têm chamado atenção para a importância de compreender a desigualdade sob a luz de diferentes ângulos analíticos, levando em consideração as contribuições de novas abordagens que eclodiram nas últimas décadas (REIS, 2011; THERBORN, 2011). Therborn (2011), por exemplo,

adverte que as três grandes perspectivas teóricas dominantes até meados do século XX nos estudos sobre desigualdade não captaram a trajetória atual da desigualdade. Nem a perspectiva da equalização a longo prazo (Tocqueville), nem a da polarização (Marx), e tampouco a do crescimento da desigualdade moderna seguida de tendência à queda e maior equalização (Kuznets), forneceram respostas satisfatórias. Recentemente, os estudos de desigualdade vêm tomando novas direções, compreendendo a desigualdade como um fenômeno multidimensional, que opera em várias escalas, incorporando abordagens transdisciplinares, e mais focados em mecanismos e forças causais.

Um desses novos caminhos de investigação está no campo dos estudos de percepção das elites sobre a desigualdade. Como ressaltado por Reis e Moore (2005), há poucos trabalhos que explorem a questão da desigualdade nessa perspectiva. Esses poucos existentes enfatizam a percepção sobre a pobreza e a desigualdade das elites nacionais dos países desenvolvidos, sendo escassas as pesquisas que tratem da percepção das elites nos países menos desenvolvidos. Celi Scalón (2007), também alertou para a necessidade de trabalhos que abordem a desigualdade não só em sua dimensão objetiva, mas que leve em conta outros fatores, como as percepções e a visão das elites sobre a questão. Por essa razão, este artigo, ao abordar a percepção sobre a pobreza e a desigualdade de elites de países como o Brasil e o Uruguai, contribui para expandir o entendimento sobre desigualdade nas regiões em que há mais carência de pesquisas desse tipo.

Um dos trabalhos pioneiros em atribuir dimensão explicativa central às elites, o de Abraham De Swaan (1988), pôs em evidência que foi apenas quando as elites enxergaram vantagens na coletivização de soluções aos problemas sociais, que viram no Estado Nacional o agente apropriado para solucionar problemas coletivos, como a fome e as epidemias.

Em outras palavras, De Swaan, ao se debruçar sobre a história da emergência dos Estados de bem-estar social europeus e norte-americano, verificou que foi quando as elites desses países sentiram-se afetadas pela pobreza que passaram a dirigir esforços no sentido de coletivizar a responsabilização pelo problema, vendo como necessária a intervenção do agente público para garantir educação, saúde e previdência. Em síntese, esse estudo o levou a concluir que quanto mais as elites estiverem conscientes das ameaças (revolta social, epidemias, entre outras) e/ou oportunidades (ganho eleitoral, por exemplo) que os pobres podem apresentar, mais estarão inclinadas a agir.

O trabalho de Verba *et al* (1987) foi outro a sobressaltar o papel estratégico que as elites desempenham na sociedade, conferindo centralidade à percepção e valores das elites sobre a ideia de igualdade. O estudo comparativo envolveu a percepção das elites nos Estados Unidos, Japão e Suécia, com diferentes segmentos, como burocratas, empresários, líderes de organizações sociais. Assim como Verba *et al*, no presente trabalho, ao falar de elites no plural, pretendo deixar claro que não se está fazendo referência a um grupo homogêneo.

“Elites” é um termo que assume diferentes significados, dependendo da perspectiva teórica em que é empregado. Se, por um lado, em uma dimensão mais objetiva e material, o termo é associado ao poder econômico, por outro, há pesquisadores que preferem dimensões subjetivas, mais fundamentadas em aspectos simbólicos. A desigualdade é um fenômeno bastante complexo e, independentemente de qual perspectiva os pesquisadores adotem, todas podem contribuir para ampliar os estudos sobre desigualdade, escassos ainda com elites.

A definição adotada neste artigo é a mesma empregada por Reis e Moore (2005), por entendermos que é a que melhor contribui para responder a questão de investigação colocada nesse artigo. Nesse sentido, “elites” aqui é um termo empregado em um sentido institucional, isto é, como um grupo minoritário que controla recursos políticos e simbólicos por ocuparem determinadas posições institucionais. O conceito de percepção também está sendo utilizado nos mesmos termos empregados por esses dois autores. Assim, entende-se percepção em oposição à opinião. Como salientaram esses autores, o conceito de opinião diz respeito àquelas ideias de curto prazo. A percepção tende para uma definição oposta. Refere-se a pensamentos de longo prazo, mais estáveis e significativos que as opiniões. Dessa forma, o conceito de percepção é capaz de permitir entender cognições amplas. Além desse aspecto, a percepção demonstra não apenas as cognições dos indivíduos entrevistados que expressam seu ponto de vista, como também seus valores e normas.

Assim, de acordo com a definição de Reis e Moore (2005), “elite” é entendida no plural. Os autores trabalham com a ideia de setores, ou segmentos de elites, como a elite política, sindical, empresarial ou burocrática, por exemplo.

Nesse artigo, meu recorte analítico está voltado para a elite burocrática, entendida como aquela que ocupa postos de comando na burocracia pública e tem poder decisório na implementação das políticas governamentais.

É importante sublinhar que, como trabalhei com surveys, algumas hipóteses que levantei não puderam ser aprofundadas. Acrescento ainda que os termos “pobreza” e “desigualdade”, apesar de sociologicamente não compartilharem a mesma definição, nesse trabalho são tomados como sinônimos. Essa aproximação dos dois termos baseia-se em outras pesquisas sobre percepção de elites, que alertaram para o fato de as elites se referirem aos dois termos como sinônimos e, quando indagadas sobre a diferenciação entre pobreza e desigualdade, não conseguirem definir com clareza (REIS e MOORE, 2005).

## 2. O survey brasileiro e o survey uruguaio

O survey que utilizei fez parte da pesquisa “*Fronteiras Sociais e Culturais entre as elites e os pobres*” do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade (NIED) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), coordenada pelas professoras Elisa Reis e Graziella Moraes [1]. Essa pesquisa teve como objetivo medir a percepção de três segmentos de elites sobre pobreza e desigualdade. Os questionários foram aplicados numa amostra de 60 entrevistados em cada um dos segmentos de elites. Os setores de elites trabalhados foram: burocratas, políticos e empresários, totalizando 180 entrevistas em cada país que fez parte da pesquisa. Os países integrantes foram: Brasil, Uruguai e África do Sul.

Essa pesquisa não foi a primeira desse tipo a ser conduzida no Brasil com segmentos de elites. Em 1993, como parte da pesquisa intitulada “*Elites Estratégicas e Dilemas do Desenvolvimento (IUPERJ)*”, Maria Regina Soares de Lima e Zairo Borges Cheibub conduziram a aplicação de um survey com 54 congressistas, 95 empresários, 82 líderes sindicais e 89 altos administradores públicos, totalizando 320 entrevistas. Os resultados dessa pesquisa foram utilizados nos trabalhos de Lima e Cheibub (1994) e Reis e Cheibub (1996), Reis e Moore (2005) e Reis (2000).

Como recorte de pesquisa, escolhi trabalhar apenas com o segmento de elite burocrática do Brasil e do Uruguai. Os questionários foram aplicados em 2013 com uma amostra de 60 entrevistados em cada um desses países, totalizando, portanto, 120 entrevistas. A aplicação do survey foi face-a-face e ele era composto por 180 questões, a maioria fechada, e as poucas perguntas abertas foram codificadas posteriormente.

No Brasil, o survey foi conduzido por uma equipe do NIED/UFRJ e, no Uruguai, por uma equipe da Universidad de La Republica (Udelar). O questionário aplicado foi o mesmo nos dois países, com as mesmas perguntas nos respectivos idiomas nacionais. A amostra era composta pelos ocupantes dos cargos do mais alto escalão do Executivo Federal. No Brasil, esses cargos são denominados Direção e Assessoramento Superior 5 e 6 (DAS 5 e 6). No Uruguai, são denominados Diretor de Ministério.

### 3. Percepção da elite burocrática brasileira e uruguaia

O que há de comum e de diferente entre a percepção das elites do Brasil e do Uruguai sobre a pobreza e a desigualdade?

Analisando as respostas ao questionário da elite burocrática brasileira e uruguaia, a primeira semelhança que vem à tona é a postura favorável a grande parte do conjunto de políticas sociais elencadas no questionário, tanto no eixo da distribuição de renda, quanto no eixo de investimentos em saúde e educação. Quando indagados sobre as políticas de distribuição de renda, 95% mostraram-se favoráveis no lado brasileiro e 98,3% no uruguaio, considerando que elas são necessárias.

Chama atenção a importância que a pobreza e a desigualdade parece ter para essas elites. Assim, por exemplo, interrogados sobre qual deveria ser o objetivo mais importante para o país a médio prazo, os entrevistados tenderam a conferir papel central à erradicação da pobreza e diminuição da desigualdade.

Entre os entrevistados da elite burocrática uruguaia, essa centralidade de questões sociais, tal como a erradicação da pobreza, demonstrou ser mais importante do que questões econômicas. Mostrou-se sensivelmente superior, comparado ao Uruguai, o percentual de entrevistados brasileiros que indicam a priorização do crescimento econômico continuado como o objetivo mais importante para o país a médio prazo, como é possível notar na tabela 1 **[2]** **[3]**.

Da mesma forma, quando indagados se concordam com a afirmativa: *o governo deve priorizar o crescimento econômico continuado* ou *o governo deve erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade*, pouco mais de 68% dos entrevistados da elite burocrática uruguaia concordaram mais com a afirmação de que o governo deve priorizar a distribuição de renda. Entre os brasileiros, essa afirmativa alcançou 50%.

Como estamos trabalhando com uma amostra pequena (n=60 em cada país), o que aumenta a margem de erro, diferenças de médio percentuais não nos permitem inferir que haja expressiva diferença na percepção dessas duas elites. Contudo, como obtivemos uma tendência de resposta parecida na tabela 1 e na pergunta do questionário que buscou investigar se os entrevistados

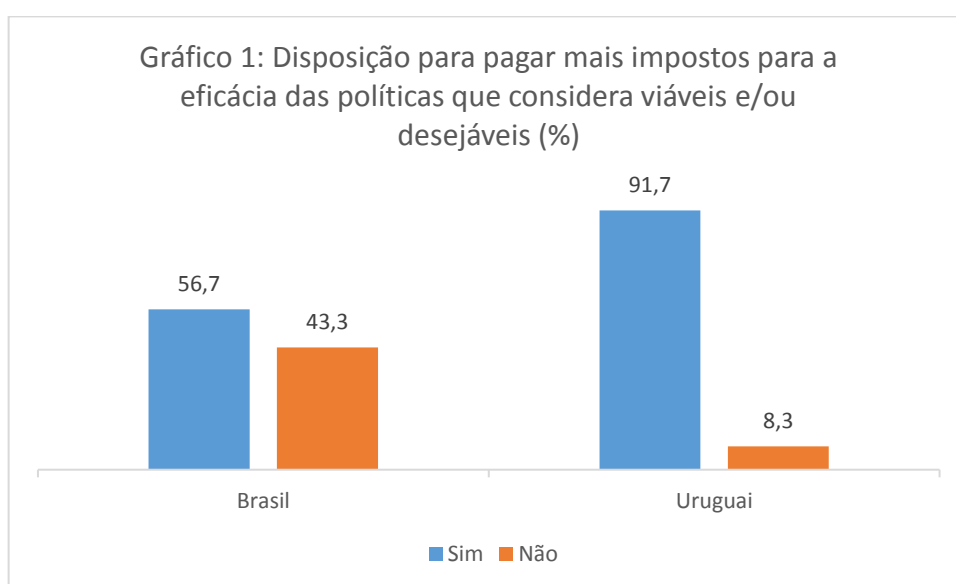
concordam mais em priorizar o crescimento econômico ou diminuir a desigualdade, é possível que essa diferença percentual seja sim reveladora de percepções diferentes.

**Tabela 1: Na sua opinião, qual deveria ser o objetivo mais importante para o país a médio prazo? E o segundo mais importante? (%)**

	Brasil	Uruguai
Erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade	61,7	78,3
Priorizar o crescimento econômico continuado	55	16,7
Incentivar a maior participação da população nas decisões políticas	33,3	25
Assegurar o regime democrático	25	15
Integrar a economia ao mercado mundial	11,6	25
Integrar mais o país aos demais países do Mercosul	1,7	15
Reduzir o Estado	10	3,3
Proteger o meio ambiente	1,7	6,7
Garantir a estabilidade político-institucional	0	11,6
Não respondeu	0	3,3

Posto que a pobreza e a desigualdade são questões importantes para essas elites, e elas afirmam ser favoráveis a políticas de distribuição de renda e investimentos públicos em saúde e educação, estariam elas dispostas a contribuir para o sucesso de tais políticas públicas, por meio do pagamento de impostos?

No gráfico abaixo, é possível perceber que a maioria dos entrevistados dos dois países demonstrou disposição em pagar mais impostos para a eficácia das políticas que consideram viáveis e/ou desejáveis. Essa maioria foi, todavia, relevantemente superior no Uruguai do que no Brasil: aqui alcançou quase 57% e lá cerca de 92%. Ou seja: os entrevistados dos dois países atribuem centralidade às questões sociais, mas a elite burocrática uruguaia demonstra maior disposição em contribuir com soluções coletivas para a eficácia das políticas públicas.



No que diz respeito à causa mais importante da pobreza, destacaram-se duas respostas no Brasil: o não cumprimento das funções sociais por parte do Estado e, assim como no Uruguai, o menor preparo educacional dos pobres. No Uruguai, outro tipo de resposta que ganhou destaque foi o desenvolvimento econômico insuficiente. É interessante que a resposta que mais se destacou no Brasil não desempenha esse mesmo papel no Uruguai, como notamos na tabela 2:

**Tabela 2: Causa mais importante da pobreza Brasil-Uruguai 1ª e 2ª menções (%)**

	Brasil	Uruguai
Não cumprimento das funções sociais por parte do Estado	56,7	18,3
Menor preparo educacional dos pobres	43,3	53,4
Desenvolvimento econômico insuficiente	38,3	51,7
Falta de vontade política	30	18,3
Crise econômica	0	30
Falta de consciência social das elites	26,7	15
Falta de empenho dos pobres	1,7	6,7
Não sabe/ Não respondeu	1,7	6,7

Essas respostas fazem bastante sentido quando contrastadas com as do gráfico 1. Nele, vimos que é significativa a diferença percentual dos entrevistados uruguaios que demonstraram maior disposição em pagar mais impostos, em comparação aos entrevistados brasileiros. Se estes consideram que a pobreza é decorrente da incompetência do Estado em cumprir suas funções, é razoável supor também que não estariam de acordo com políticas de maior tributação sob os mais ricos.

Esses dados também evidenciam o já constatado em pesquisas anteriores (REIS; 2000), isto é, a percepção das elites brasileiras (inclui-se a burocrática) de que é o Estado o responsável pela pobreza. Para Reis, falta às elites uma noção de responsabilidade social, uma percepção de se enxergar como parte de um todo, e de perceber o Estado como parte da sociedade. Ao responsabilizar o Estado pela persistência da pobreza, elas isentam-se da responsabilidade coletiva.

A tabela 2 mostrou uma tendência de resposta da elite burocrática uruguaia diferente da brasileira, o que nos leva a supor que é possível haver uma noção de responsabilidade social maior na elite burocrática uruguaia do que na brasileira. Isso também é corroborado pelos resultados do gráfico 1. O não cumprimento das funções sociais por parte do Estado como principal causa da pobreza não atingiu destaque entre os entrevistados uruguaios. As respostas que alcançaram maior evidência foram o “menor preparo educacional dos pobres” e o “desenvolvimento econômico insuficiente”. Essas respostas são passíveis de ser interpretadas de duas formas. Por um lado, podemos assumir que o menor preparo educacional dos pobres e o desenvolvimento econômico insuficiente são responsabilidade do Estado, e, portanto, as elites burocráticas brasileiras e uruguaias o responsabilizam pelas causas da pobreza, ainda que a primeira de forma mais direta que a segunda. Por outro, pode-se argumentar que o menor preparo educacional dos pobres nem sempre é percebido como uma responsabilidade do Estado, mas sim individual.

Com relação às consequências da pobreza, os dados indicam uma convergência para a violência e a criminalidade como mais apontada. No Uruguai, outro tipo de resposta que se sobressaltou foi a “degradação moral/falta de valores”, enquanto no Brasil foi o clientelismo político/populismo.

Esse padrão de resposta sugere que as duas elites, em alguma medida, sentem-se afetadas pelas consequências da pobreza, já que a violência e a criminalidade foi um tipo de resposta que se destacou. As demais respostas apontadas foram de outro teor, indicando uma visão mais moralista (no caso de degradação moral/ falta de valores) ou utilitarista (clientelismo político/ populismo). Resta saber se essas consequências apontadas pelas duas elites as afetam suficientemente a ponto de se preocuparem com o problema da pobreza e desigualdade.

**Tabela 3: Principal consequência da pobreza Brasil-Uruguai 1ª e 2ª menções**

	Brasil	Uruguai
Violência e criminalidade	55	55
Degradação moral/ falta de valores	18,3	53,4
Clientelismo político/populismo	43,3	8,3
Falta de mão de obra qualificada	31,6	25
Conflitos entre as classes sociais	20	20
Falta de um mercado consumidor interno sólido	16,7	13,3
Outros	1,7	1,7
Não sabe/ Não respondeu	6,7	16,7

Nesse sentido, uma vez que as elites identificam as causas e consequências da pobreza, o que elas acham que deve ser feito para combatê-las? Como já esclarecido alhures que nesse survey pobreza e desigualdade estão sendo tomadas como sinônimo, a identificação de iniciativas para redução da desigualdade pode ser vista como resposta a essa pergunta.

Como ilustra a tabela 4, que reúne as respostas a essa questão, uma eficiência maior dos serviços públicos sociais foi a resposta predominante no Brasil. Serviços públicos sociais mais eficientes, mais gastos públicos em programas sociais e um imposto de renda mais progressivo foram indicados pelos entrevistados uruguaios como medidas centrais para redução da desigualdade. Essas duas últimas medidas também alcançaram relevância entre os entrevistados brasileiros.

**Tabela 4: Iniciativa para a redução da desigualdade no Brasil- Uruguai 1ª e 2ª menções**

	Brasil (%)	Uruguai (%)
Serviços públicos sociais mais eficientes	70	48,3
Mais gastos públicos em programas sociais	38,4	43
Um imposto de renda mais progressivo	31,7	43
Imposto sobre grandes fortunas	21,7	21,7
Maior desregulamentação da economia	14,9	0
A reforma agrária	11,6	5
Outros	8,3	37,3

Essa tabela nos leva a interpretar que a elite burocrática dos dois países considera que a solução para reduzir a desigualdade deve partir de políticas e gastos do Estado. Todavia, os dados



indicam existir uma diferença na maneira como essa responsabilidade é dirigida. Os entrevistados brasileiros transferem mais ao Estado a responsabilidade que os uruguaios. O que nos leva a concluir isso é que a iniciativa mensurada na tabela que é mais direta em responsabilizar o Estado pela redução da desigualdade aparece com percentuais significativamente superiores de indicação entre os entrevistados brasileiros do que entre os uruguaios (70% contra 48,3%).

Além disso, outro dado que sustenta essa hipótese está nos resultados da tabela 2, referentes à causa mais importante da pobreza. Cerca de cinquenta e seis por cento da amostra brasileira apontou o não cumprimento das funções sociais por parte do Estado como principal causa da pobreza, contra apenas 18,3% da amostra uruguaia. Entre os uruguaios, foi o menor preparo educacional dos pobres que alcançou o maior percentual.

Destaca-se também na tabela 4 o significativo percentual de 43% dos entrevistados uruguaios que apontaram como principal iniciativa para a redução da desigualdade um imposto de renda mais progressivo. Além disso, a indicação do imposto sobre grandes fortunas também se sobressalta como medida. Esses dados são interessantes, na medida em que indicam uma inclinação em colaborar com soluções coletivas ao problema da desigualdade. Cruzando com os resultados apresentados no gráfico 2, que mostram a expressiva diferença na disposição em pagar mais impostos para a eficácia das políticas que os entrevistados consideram viáveis e/ou desejáveis, há um indício de uma maior inclinação da elite burocrática uruguaia em coletivizar esses problemas.

Nesse sentido, esses resultados evidenciam uma diferença marcante na percepção das duas elites burocráticas. A elite burocrática uruguaia atribui importância aos problemas sociais e sente-se responsável, em alguma medida, em contribuir para que esses problemas sejam solucionados, como, por exemplo, por intermédio de impostos. Já a elite burocrática brasileira é mais incoerente: considera de grande relevância os problemas sociais, mas não demonstra responsabilização pelos problemas. À todo momento, é o Estado o grande culpado pelas mazelas sociais: é o Estado que não tem serviços públicos sociais eficientes, é o Estado que não cumpre suas funções sociais.

Todavia, apesar dessa divergência, as duas elites burocráticas responsabilizam inteiramente o Estado pelo combate à pobreza e redução da desigualdade. Quando perguntadas sobre quem consideram o responsável pela luta contra a pobreza, 80% dos entrevistados de ambos os países afirmam que é o Estado.

Certamente, essas conclusões acerca da elite burocrática brasileira não surpreendem muito. Elisa Reis (2000; 2005) em pesquisas com as elites brasileiras, já havia demonstrado a ausência de uma *consciência social* entre nossas elites, necessária para impulsionar soluções coletivas e públicas aos problemas sociais, a exemplo do que ocorreu na Europa, com a emergência do Welfare State (De Swaan; 1988). É quando comparamos com o Uruguai que esses dados tornam-se mais interessantes. Neste país, a elite burocrática também responsabiliza o Estado pelo combate à pobreza, mas demonstra certa *consciência social* (no sentido empregado por Reis), na medida em que coletiviza algumas soluções para esses problemas.

À despeito da elite brasileira, Reis argumenta que:

(...) as indicações são no sentido de que a elite não se sente responsável pelo problema da pobreza e da desigualdade. Ela transfere claramente a responsabilidade sobre ele ao Estado. É o Estado que carece de vontade e que não planeja bem suas ações. Mesmo a elite política — no caso, os parlamentares no

Congresso — e a elite burocrática — aquela que ocupa as posições superiores da burocracia pública — não se vêem como Estado. (...)O fato de seus membros considerarem os problemas sociais como de grande relevância pareceria identificar a existência, entre eles, de uma notável consciência social, isto é, de uma consciência da interdependência entre os diferentes setores sociais, elemento que foi crucial na emergência de soluções coletivas e públicas para o problema da pobreza na Europa e que levou,posteriormente, à consolidação do *welfare state*.(REIS; 2000:148)

## Considerações finais

De acordo com o exposto no decorrer desse artigo, as elites burocráticas do Brasil e do Uruguai se aproximam no apoio às políticas de distribuição de renda implementadas pelos últimos governos, além de atribuir como consequência principal da pobreza a “violência e criminalidade”, e responsabilizar o Estado por combatê-la. Também há convergência na percepção sobre a principal causa da pobreza, atribuída à violência e à criminalidade.

Muito embora nos dois países o Estado seja indicado como principal responsável pelas iniciativas de redução da desigualdade, isso não ocorre no mesmo grau. No Brasil, o Estado parece ser mais responsabilizado que no Uruguai.

O emprego de método quantitativo, como o survey, possui virtudes e limitações. A hipótese de que é possível que haja uma maior *consciência social* entre os membros da elite burocrática uruguaia foi sugerida pelos resultados encontrados nesse survey. Certamente, essa hipótese poderia ser melhor verificada com o emprego de outras técnicas de pesquisa, como entrevistas em profundidade com os integrantes da elite burocrática do Brasil e do Uruguai, o que exige mais recursos para a pesquisa.

Todavia, apesar dessas limitações, espera-se com esta pesquisa expandir a literatura sociológica sobre as elites. 🌐

## NOTAS

\*Aluna do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Quando submeteu o artigo, cursava o 9º período e fazia mobilidade acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica na Faperj do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Desigualdade (NIED) sob orientação da professora Graziella Moraes Dias da Silva e Elisa Reis, com ênfase no estudo de desigualdade. E-mail: elisa.mendes.vasconcelos@gmail.com.br

[1] Quero registrar meus agradecimentos às professoras Graziella Moraes e Elisa Reis, que me orientaram durante a redação do artigo em meados de 2014, bem como aos demais integrantes do NIED pelos debates enriquecedores.

[2] Todas as tabelas e gráficos utilizados nesse artigo são elaboração própria do (a) autor (a), a partir do banco de dados disponibilizado pelo grupo de pesquisa que realizou o survey.

[3] As tabelas que apresentam um percentual superior a 100% referem-se à soma dos resultados de duas menções dos entrevistados à mesma pergunta.

## REFERÊNCIAS

CATTANI, Antonio David. **Riqueza e desigualdades**. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, Set./Dez. 2009.

DE SWAAN, Abraham. (1988). **In care of the Sate**. Oxford: Oxford University Press.

LIMA, Maria Regina Soares; CHEIBUB, Zairo Borges. **Elites estratégicas e dilemas do desenvolvimento**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1994

LÓPEZ, Matias. **The state of poverty: Elite perceptions of the poor in Brazil and Uruguay**. *Internacional Sociology*, Vol. 28, nº 351, 2013.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos**, 2005.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologia da alta burguesia**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 22-37

REIS, Elisa P; CHEIBUB, Zairo B. **“Burocratic, Political, culture and democratization in Brazil”**. *Nova Economia*, v6, n 1, p 143-162, 1996.

REIS, Elisa P. **Processos e escolhas: estudos de sociologia política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

\_\_\_\_\_, Elisa. **Percepção das Elites sobre Pobreza e Desigualdade**. *Revista Brasileira de Estudos de Ciências Sociais*, Vol. 15, nº 42, 2000.

\_\_\_\_\_, Elisa. P. & MOORE, Mick. **Elite Perceptions of poverty and inequality**. Londres: Zed Books, 2005.

\_\_\_\_\_, Elisa. **Equality, Inequality and Difference**. *New Cultural Frontiers*, vol 2, 2011.

SCALON, Maria Celi. **Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro**. *Sociologias*, ano 09, nº 18, jun/dez, p 126-149. Porto Alegre, 2007

THERBORN, Göran. **Inequalities and Latin America. From the Enlightenment to the 21st Century**. WorkingPaper Series: Nr. 1, Berlin, 2011.

VERBA, Sidney *et al.* (1987). **Elites and the idea of equality**. Cambridge, Harvard University Press.

Recebido em 19/04/2015  
Aprovado em 08/02/2017

